Porque o samba é filho da dor (a comemoração dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil e a opinião da imprensa portuguesa)

José Manuel Viegas Neves
Doutorando em História da Cultura – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa [Portugal].
nevesze@hotmail.com, Lisboa [Portugal]

A partir da análise de artigos de opinião publicados na imprensa portuguesa por ocasião da comemoração dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil, procura-se situar as relações complexas entre história, poder e identidade, esboçando-se, assim, alguns traços dominantes do nacionalismo português. Em concreto, procura-se perceber o lugar do passado imperial do país nas narrativas históricas e na imaginação sociológica de intelectuais. Igualmente central é a análise dos eixos norteadores da modernidade política que dominaram a abordagem das relações de poder no contexto colonial e hoje permeiam essas relações em contexto pós-colonial, no que se refere à relação de colonização e de contestação à comemoração dos 500 anos do "descobrimento" protagonizada por diferentes movimentos sociais no Brasil.

Palavras-chave: Comemorativismo. Historiografia. Nacionalismo.

1 Introdução

Em 1998, comemorou-se em Portugal os 500 anos da chegada da frota de Vasco da Gama à Índia. No verão desse mesmo ano, realizou-se a Exposição Universal de Lisboa e um ano depois, em 1999, sucederam os épicos acontecimentos relativos à independência do Timor Leste. Posteriormente, deu-se a retirada total do Estado português de Macau e a subseqüente entrega do território à administração chinesa. Por fim, em 2000, foi a vez das comemorações dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil. Em pouco mais de dois anos, estiveram em jogo várias imagens da história de Portugal e muito concretamente do passado imperial do país. Este artigo debruça-se sobre um dos campos de jogo: os artigos de opinião que, de março a maio de 2000, foram publicados em dois jornais diários portugueses de "referência", tendo por assunto temas suscitados pelas comemorações do "descobrimento" do Brasil.

Público e *Diário de Notícias* são jornais com circulação (entre 40 e 60 mil exemplares diários) e público leitor socialmente semelhantes. Os articulistas que aí escrevem têm também origens profissionais parecidas: políticos, acadêmicos ou jornalistas de prestígio. Esta semelhança genérica não é significativamente perturbada por um eventual posicionamento político-ideológico específico.

Os artigos de opinião a seguir foram analisados privilegiando uma leitura que dialoga com as principais idéias por eles propostas. Constituíram, assim, a um só tempo, material a ser analisado e instrumento de análise, simultaneamente "fonte" e "bibliografia". Esta ambivalência caracteriza, desde logo, o artigo de opinião como discurso comparativamente ao texto científico: o artigo de opinião compreende um tempo mais precário e mais dramático, um tempo cuja especificidade se forma na essência do ritmo do jornal, fundamentalmente sensível à conjuntura diária.

No caso em estudo, é desde logo muito evidente que as contestações dos movimentos sociais brasileiros às comemorações dos 500 anos do "descobrimento" marcaram a agenda da opinião publicada nos jornais portugueses. Em grande medida, a opinião publicada sobre o "descobrimento" começa como uma resposta a críticas que chegam do Brasil.

2 A resposta à crítica

A "coisa" é complexa – este é um pressuposto central à abordagem de muitos artigos de opinião. Essa generalizada consideração inicial revela uma precaução que é rara no discurso do artigo de opinião e que é mais freqüente como prefácio ao discurso científico. Todavia, nos artigos de opinião que analisamos, o reconhecimento da complexidade não inicia a construção de um problema, mas antes acaba por legitimar que o "descobrimento" seja parcelado em dimensões negativas e positivas. A negatividade ou positividade dependem de julgadas conseqüências históricas, isto é, de um tempo posterior ao próprio acontecimento, concluindo-se, em regra, por uma prevalência de uma carga positiva sobre uma outra negativa, ou seja, a reconhecida complexidade que precede o parcelamento, que quebra a consistência do fenômeno histórico, é superada por uma síntese final, cuja economia nos restringe ao que de positivo houve no "descobrimento".

A maioria das opiniões acaba, assim, por fazer da história do encontro, da narrativa do sincretismo e do elogio do progresso técnico-científico as ques-

tões centrais, ou seja, as opiniões que se preocupam em afirmar que a história do "descobrimento" e das relações históricas entre Portugal e Brasil não pode ser reduzida à consideração das opressões dão aí um primeiro passo para que nem sequer se fale dessas opressões, ou para que, num balanço geral, se acabe redimindo-as. Na maior parte dos casos, não nos parece que se trate de compreender historicamente a violência, mas, sim, de aceitá-la como manifestação inevitável da História, legitimando-se a narrativa do sacrifício que, uma vez submetido a uma teleologia, acaba por ser integrado numa metafísica do progresso – todo o crescimento tem as suas dores, como escreve Vasco Pulido Valente[1]:

> [...] a civilização Européia não se expandiu, evidentemente, sem uma invulgar barbaridade. Resta saber se, no fim, o mundo ficou pior ou melhor. Eu não hesito em responder que ficou melhor, o que não faz de mim nem um racista, nem um xenófobo [...] (PULIDO VALENTE, 2000, p. 30).

Ainda no quadro dessa metafísica do progresso, constrói-se a crítica da percepção do "descobrimento" como conflito. Em parte, ela se faz na negação da importância dessa conflituosidade e de seus efeitos na situação atual do Brasil. Por exemplo, José Manuel Fernandes, diretor do jornal *Público*, afirma: "Estivemos 300 anos no Brasil, saímos de lá há 200. Se o Brasil continua a ter problemas sociais [...] isso não é seguramente devido à 'pesada dívida' que lá deixamos [...]" (FERNANDES, 2000, p. 3). Critica-se assim o discurso que valora o peso da herança colonial.

A crítica do discurso sobre a herança pode também ser encontrada num outro artigo de opinião, da autoria de José Gonçalves (2000, p. 12). Aqui, contudo, o programa da crítica é bem diferente. Gonçalves, à época correspondente do *Diário de Notícias* na África Austral, começa igualmente por equacionar a questão da culpa dos "males" atuais do Brasil – questão que, em regra, é pensada ou em termos de uma culpa que reside ou no presente nacional brasileiro ou no passado imperial português – e logo critica o discurso da herança colonial por se dar como álibi convocado pelos governos nacionais de hoje, a fim de escamotearem as suas próprias responsabilidades na presente situação social do país que governam.

Gonçalves, todavia, acrescenta um ponto importante à visão de Fernandes, ao sublinhar que o debate sobre a implicação do passado imperial português no presente nacional brasileiro tende também a secundarizar o fato de, no momento atual, manter-se ou acentuar-se a relação de desigualdade entre Norte e Sul. Gonçalves remete-nos, assim, para uma visão dos conflitos e das desigualdades que não obedece estritamente a critérios de relação entre nações e traz à superfície da escrita a trama histórica da convivência das elites do Norte e do Sul, também em tempos pós-coloniais.

Na compreensão das razões do discurso sobre a herança colonial produzido pelas elites nacionalistas dos países do Sul, o questionamento de Gonçalves não é, todavia, predominante. Muitos dos que, como Fernandes, recusam a importância da violência e da opressão na relação imperial passada respondem ao discurso sobre a herança, invocando a tese que define a colonização portuguesa como tendo sido diferente das restantes colonizações ocidentais: teria sido menos opressora e menos violenta que suas congêneres. A esse propósito é exemplar a opinião de Miguel Sousa Tavares:[2]

> Já vi este tipo de argumentação, sobre o extermínio dos índios pelos colonizadores portugueses e espanhóis, usado várias vezes e sobretudo por historiadores anglo-saxónicos. Mas, curiosamente, onde Portugal e Castela estiveram, sobravam e sobram nativos e por onde passaram os outros, não sobra nada [...] (SOUSA TAVARES, 2000, p. 13).[3]

Está então aberto o caminho à insinuação de que as críticas brasileiras à comemoração do "descobrimento" são devidas ao desgosto brasileiro de celebrar sua "descoberta" por uma nação tão pequena como Portugal, ou seja, a motivação dos brasileiros que contestam a comemoração não estaria tanto numa sua oposição à colonização, mas, sim, no fato de essa colonização-descoberta não ter sido protagonizada por países mais desenvolvidos. Diz-nos Sousa Tavares (2000, p. 13) que, "[...] pese a alguns brasileiros, não foi a Inglaterra, nem a França ou a Holanda, nem sequer a Espanha, a matriz Européia do Brasil [...]". Sendo certo que a insinuação de Sousa Tavares corresponde a certas teses brasileiras sobre a formação do Brasil, ela acomoda muito especificamente o orgulho nacional (português) pelo heroísmo que, supostamente, resulta da tantas vezes reiterada desproporção da empresa imperial portuguesa: como um país tão pequeno protagonizou tão grandes feitos.

3 Culpa: rejeição e esvaziamento

A argumentação que visa destituir de racionalidade a crítica do "descobrimento" tece-se ainda por uma outra linha: um acentuado relativismo moral. Este se apresenta sob o senso comum que nos avisa do perigo do anacronismo das análises e dos julgamentos, ponto sublinhado por Fernandes e Sousa Tavares ao considerarem inaceitável que se leia o passado à luz de éticas presentes. A questão interroga também o historiador Fernando Rosas[4] que situa o problema inicial precisamente na distinção entre julgamento e análise. Embora concorde com a idéia de que não se pode compreender o passado à luz de éticas presentes, Rosas critica a linha de Fernandes e de Sousa Tavares ao sublinhar que, quando se trata de discursar politicamente no presente, de comemorar, trata-se de algo mais do que fazer história. Trata-se da

> [...] identidade nacional, construída a partir de mitos identitários que usam a matéria-prima do passado à luz de juízos políticos e morais de hoje para fabricar, com valores actuais e com propósitos presentes e futuros, visões legitimadoras a partir da História. Relativizar o esclavagismo e o genocídio índio no quadro deste propósito não é um exercício de compreensão histórica, é uma sua falsificação branqueadora com vista a obter efeitos políticos para o presente e no futuro [...] (ROSAS, 2000, p. 13).

No cerne dessa problemática, encontramos o debate sobre a possibilidade de um pedido de desculpas. Tanto Sousa Tavares quanto Fernandes reagem com negativa veemência à hipótese de um pedido de desculpas a ser apresentado por Portugal ao Brasil: rejeitam-na remetendo sua motivação à "moda do politicamente correto", acrescentando ainda Fernandes que a política da desculpas acentua uma dicotomização da história, isto é, a visão de um mundo feito de índios e de *cowboys*.[5]

Havendo autores que afirmam ser inútil pedir desculpas porque semelhante ato em nada transformará o passado, a verdade é que a maioria rejeita simplesmente a idéia de culpa. Para essa maioria, não parece que a questão se ponha entre saudar ou criticar os valores dos portugueses colonizadores de antanho, mas de ressaltar que a noção de culpa só é atribuível a um entendimento de hoje: à luz dos padrões de ontem, a questão da culpa não era imaginável, sequer chegava a existir. Mais do que rejeitar a culpa, assistimos agora ao seu esvaziamento. Ora, é precisamente aqui que se inscreve o significado do relativismo moral: tal como hoje se relativizam relações de dominação em partes do mundo decorrentes de identificadas culturas locais assim imaginadas, relativizam-se, igualmente, relações de dominação em momentos históricos anteriores como conseqüência de atrasadas culturas de época assim imaginadas.

É em artigos como os de Miguel Portas[6] (2000) e de Paulo Varela Gomes[7] que encontraremos uma interpretação dissonante e, em grande medida, contraposta à de Sousa Tavares e de Fernandes. Ambos os autores refutam, desde logo, a idéia da inconseqüência do pedido de desculpas. Portas dá o exemplo de como, "nos Balcãs, uma batalha ocorrida há 500 anos foi ontem", isto é, o pedido de desculpas pode fazer parte de uma memória crítica. Gomes insiste nesse ponto, contrastando a atitude do presidente português, Jorge Sampaio, no Brasil, com a de João Paulo II, ao publicar o documento *Memória e reconciliação*.[8] Gomes sublinha que o pedido de desculpas é um ato para o futuro, definindo uma mudança na posição dos interlocutores por meio de um gesto que aponta novas responsabilidades para todos:

> Pedir desculpas aos índios, aos africanos, aos indianos e aos timorenses obrigaria a definir lucidamente a posição de Portugal na história e no mundo, ajudaria a impedir a nossa alegre deriva colectiva para o anonimato, forçaria os outros (os descendentes das antigas vítimas) a vitimizarem-se um pouco menos (GOMES, 2000, p. 9).

Além de criticado por Gomes pela sua cumplicidade com o passado imperial português, Sampaio também o é por não elogiar suficientemente esse mesmo passado. Luís Delgado,[9] reagindo a notícias sobre as contestações dos movimentos índios, acusa Sampaio de ter vergonha do "descobrimento". O móvel da acusação de Delgado é o fato de Sampaio se manifestar grato por um convite do Estado brasileiro solicitando seu comparecimento às comemorações oficiais. Afirma Delgado que, se o Brasil não quer comemorar o ato, então Portugal deve fazê-lo sozinho, pois, na gratidão de Sampaio, Delgado vê submissão. A opinião de Delgado interessa-nos por expressar os "pontos de honra" de uma tradição política de direita, tida por mais conservadora, uma tradição que não parece disposta a admitir a falibilidade da nação ou qualquer outro indício de questionamento do passado do país. Como proclama Delgado (2000a, p. 2), "[...] a história não se justifica, assume-se. Com força e orgulho [...]".

A excepcionalidade de Delgado resiste à comparação com outros rasgados elogios tecidos ao "descobrimento". Pedro Rebelo de Sousa, então presidente da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, fala-nos do cumprimento da tarefa "lusíada", estando certo "[...] de que soubemos deixar a mensagem do universalismo [...]" (REBELO DE SOUSA,

2000, p. 12). Carlos Magno, em editorial do *Diário de Notícias*, reforça a retórica do "Pai Portugal": "[...] estamos a comemorar o melhor produto *made in* Portugal. O Brasil é o maior feito dos portugueses [...]" (MAGNO, 2000, p. 3). Esse nexo causal, esta idéia do Brasil de hoje como fruto e como filho do "descobrimento" português, perpassa o sentido de muitos dos artigos aqui analisados bem como o de muitas reportagens e notícias publicadas então na imprensa. De forma mais ou menos assumida, mais ou menos banal, reitera-se assim a crença na necessidade e na responsabilidade de civilização, concretizada quer na imaginação dos portugueses como um povo designado a ser um elo entre mundos diferentes, quer na metáfora da dívida do filho brasileiro para com o pai português.

Decorre assim um jogo vivo de imagens que é apenas uma batalha de uma guerra maior: o debate sobre a identidade nacional portuguesa. Sobre esse jogo paira um espectro que, tão etéreo quanto visível, assola igualmente boa parte das opiniões publicadas – um espectro adensado por temas usualmente ligados ao lusotropicalismo. Em nome da "cultura lusíada," Rebelo de Sousa fala-nos de um povo que soube "conviver com índios e negros". Extasiado diante do espetáculo do Sambódromo carioca, afirma "[...] que orgulho olhar aquela mistura de raças, a dançar o samba celebrando o descobrimento, mesmo com o que ele trouxe de crítico para o índio e para o negro [...]" (REBELO DE SOUSA, 2000, p. 12). Não se trata, portanto, do que de trágico e de opressor o "descobrimento" trouxe à vida do índio e do negro, mas, sim, do aspecto "crítico": a relação entre portugueses, índios e negros não foi tão marcada pelo conflito e pelo poder quanto o foi pela "mistura" e pelo "conviver". A dor resume-se ao prazer. O samba não é filho da dor.

Também de exemplos menos flagrantes se faz a persistência dos tópicos lusotropicalistas. Adriano Moreira (2000) justifica a contestação índia do "descobrimento" dizendo que os índios já não se comportam como num passado em que eram povos mudos por quem outros falavam, ou seja, em Moreira narra-se um passado em que a culpa não é uma questão, uma vez que a vítima não se fazia existir.

Moreira, ministro do Ultramar no regime fascista e atualmente uma figura "senatorial" da democracia portuguesa, não aventa a hipótese de, no passado que imagina, os índios terem sido impedidos de falar ou de não terem sido ouvidos. A modernidade política abraçada por Moreira, alicerçando-se na sua ambição universalizante aplicável tanto no contexto colonial quanto no pós-colonial, somente reconhece as críticas expressas na sua própria linguagem, ignorando sua surdez etnocêntrica ao atribuir a mudez ao "outro". Como fundantes dessa modernidade política, encontramos os princípios elementares de um racionalismo iluminista que apenas reconhece a aptidão histórica do "outro" à custa da identificação desse mesmo "outro" com o próprio racionalismo iluminista, o que depende do "processo civilizatório", seja em tempo colonialista ou pós-colonial.

O absolutismo universalista inicia-se, portanto, no relativismo moral. O "outro" só existe como sujeito se for igual ao "eu", porque a sua alteridade é de tal forma irredutível que não deixa lugar para entendimento e interação entre o "outro" e o "eu". Não é possível uma relação de homem para homem. Começando por entender os sentidos da culpa como algo relativo à época histórica passada – princípio de análise que nos vacina contra o perigo do anacronismo

e que todos subscrevemos –, acaba-se por ter a própria idéia da culpa como um atributo sem cabimento nessa mesma época histórica passada, como se a noção de culpa fosse apenas um atributo representado no discurso de intelectuais críticos do presente, aos quais se pede que relativizem. Essa situação é possível apenas porque um processo de desvalorização da história social do passado silencia a resistência dos colonizados à colonização, abrindo o campo à percepção de que os colonizados não estão aptos a sentir subjetivamente as dores de crescimento objetivas do progresso.

De um modo que extrema ainda mais a relação identidade/diferença, Delgado conclui sua crítica ao presidente Sampaio, assumindo o valor da identidade sobre o da alteridade, isto é, proclamando que toda a alteridade é irredutível e, portanto, identitária: "Nós, e eles, somos a mesma coisa [...]" (DELGADO, 2000b, p. 2). O valor da identidade, todavia, não se resume à vontade identitária de Delgado; ele também prevalece em narrativas em que uma retórica da alteridade se afirma muito energicamente. É o que sucede quando Edson Athayde[10] retoma os tópicos do lusotropicalismo de Gilberto Freyre e se assume, ele próprio, como fruto de um "[...] *milk shake* genético [...]" (ATHAYDE, 2000, p. 14). Se já no passado a imagem da alteridade em Freyre presidira tanto a um discurso identitário sobre o Brasil quanto a um discurso identitário sobre Portugal – com a leitura positiva do lusotropicalismo pelo fascismo português –, hoje ela se afina igualmente com os diversos discursos identitários do nacionalismo português e brasileiro. Em qualquer um dos casos, o "outro" é imaginado como diferente do "eu", sendo a diferença motivo para a celebração ou para o confronto.

4 Políticas de identidade: a atualidade do lusotropicalismo

O "conviver" que Rebelo de Sousa convoca leva-nos diretamente à tese fulcral de Freyre, quando este nos diz que o ambiente social do império português era, *grosso modo*, marcado pela forte reciprocidade cultural que permitia ao colonizado aprender mais facilmente com o colonizador. Essa "lusíada" característica da "pedagogia" como marca fundadora da relação entre os portugueses e os povos do império derivaria do fato de o povo português ser o privilegiado elo entre diferentes mundos – entre civilização e barbárie –, o que seria já decorrente dos momentos iniciais de uma etnia lusa em que o traço árabe teria sido tranqüilamente incorporado. Portugal como país de "vocação ecumênica" – eis uma imagem que nem a violenta guerra colonial dos anos 1960 e 1970, com toda a sua escancarada materialidade, conseguiu destruir. Sendo a recepção portuguesa do lusotropicalismo de Freyre circunscrita a uma conjuntura política específica – as transformações que perfazem uma nova abordagem do Estado português ao império, no limiar do segundo pós-guerra – seus tópicos são ainda atuais no modo português intelectualmente dominante de ver "o modo português de estar no mundo".[11] E, como agora sublinham os trabalhos de alguns cientistas sociais, a atualidade desses tópicos antecede mesmo o tempo do próprio regime fascista, remetendo ao pensamento de diversos intelectuais portugueses nos séculos XIX e XX (CASTELO, 1998).

Hoje, depois das comemorações de 1940 (com destaque para a Exposição do Mundo Português) e após as comemorações henriquinas da década de 1960 (em que, num contexto de integração do regime na nova ordem internacional do pós-guerra,

a retórica da "missão" adquiriu maior relevância no contexto da colonização), as comemorações dos descobrimentos portugueses parecem ter mergulhado num novo ciclo. Perdidas as colônias africanas e caído o império, a questão da identidade nacional instala-se agora na retórica da "lusofonia", conceito que é o rosto de uma comunidade que se imagina com uma língua comum e uma cultura harmoniosa – "todos diferentes, todos iguais" – que sustentam a tolerância racial. O termo "descobrimento", instituindo, mais ou menos pronunciadamente, a desigualdade em nível da aptidão histórica dos agentes – por um lado, o ativo, viril e masculino colonizador; por outro, a doce, passiva e feminina colônia –, perde agora terreno para o termo "encontro", o qual obscurece novamente a dimensão do conflito e de desigualdade no processo de construção de uma memória que se procura partilhada. Nesse contexto, os temas lusotropicalistas renovam a sua atualidade: retoma-se a imagem de um Portugal naturalmente ecumênico e, ao mesmo tempo, afastamo-nos da problemática atual da desigualdade Norte/Sul.

Em razão de ser produzido por alguém que desempenha o cargo institucional mais alto na hierarquia do poder nacional em Portugal, o diário da viagem do presidente da República ao Brasil, por ocasião das celebrações do "descobrimento" – publicado no jornal *Público* ao longo de vários dias –, é um curioso objeto de análise e um ponto de abertura do debate da relação entre história, política e identidade. Reagindo às manifestações que a comemoração oficial do "descobrimento" suscita no Brasil, Sampaio afirma inicialmente que as compreende e que crê que o momento deva ser aproveitado para discutir o presente e o futuro. Contudo, essa compreensão de Sampaio não mais ressurge nos seus relatos e ele desde cedo afirma que a contestação do "descobrimento" que ocorre no Brasil em nada diminui o brilho do passado português. Em texto ou em declarações públicas, Sampaio não mais se referirá a essas mesmas contestações. "Lamento que a história, no que teve de negativo, tenha sido o que foi [...]", disse Sampaio, mostrando que o ponto decisivo não é ter uma visão crítica do passado, e sim a importância dada a essa visão crítica por contraponto a uma outra celebratória (SAMPAIO, 2000, p. 3).

Mas, para além disso, Sampaio reconhece que o que está em causa nas comemorações não é somente um debate histórico em que a compreensão se deve mostrar como condição *sine qua non* da leitura histórica: ele lamenta que não se valorize mais o ensino da história de Portugal – base da identidade nacional. Sampaio revela claramente que a visão atual do passado é já um campo de jogo político e que, para além do trabalho necessariamente compreensivo do historiador, há um discurso político presente em todo o ato comemorativo. Todos estão cientes da promiscuidade entre passado e presente implícito no ato comemorativo. Talvez poucos, porém, terão abordado a questão em termos tão claros e instrumentais quanto os do presidente da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), o historiador Romero de Magalhães (2001, p. 11):

> Portugal é hoje, a despeito de todos os seus problemas, um país a caminhar para uma modernização que vai dar-lhe uma feição diferente, já advinhável de resto em algumas coisas. E é esse Portugal que nos convém que seja visto e apreciado [...]

O historiador pode garantir-se na dissociação entre o tempo passado e o tempo presente, procu-

rando assim, em nome da objetividade científica, preservar o passado dos olhares categorizadores e moralistas presentes; no entanto, para aquele que hoje se encontra a tutelar os espaços dos poderes dominantes, a ciência não tem como se furtar a servir à política: o passado é o código de conduta que antecede a ação presente que assim se legitima como simples procedência. A história é aqui uma prestação de serviço à política.

5 Políticas de identidade: história, identidade e movimento

"São 500 anos de cópula, uma das maiores orgias da história. Com o Brasil a ser continuamente fecundado por gerações infinitas de imigrantes portugueses." A frase é todo um épico *slogan*, não fosse de autoria de um profissional do *marketing* como o brasileiro Athayde (2000, p. 14). Não sendo inovador o recurso à metáfora do corpo na história dos povos, reconheçamos a carnosidade do retrato de Athayde, o qual nos permite observar, sem grande esforço, como o discurso do racismo e da etnicização se dá como uma outra face do discurso do sexismo e da feminização. Na metáfora de Athayde podemos de fato observar como se cruzam os tópicos retóricos da "raça" e do gênero: a idéia da colônia como o espaço passivo, virginal, desprotegido e selvagem que "pede" para ser domado é corrente no imaginário colonialista europeu. Tal idéia articula-se com uma outra que lhe é oposta mas afim, a idéia do estado-nação europeu como o agente ativo, fecundador, viril e civilizador que não pode fugir à responsabilidade da iniciativa e da educação, conceitos que aqui assumem, respectivamente, suas feições mais voluntaristas e paternalistas. No contexto presente das relações entre Portugal e Brasil, essa dicotomia corpo/razão atualiza-se: o imaginário português dominante na área da sensualidade – da destreza da arte futebolística de um Ronaldinho à beleza da "mulher brasileira" – está indelevelmente marcado pelo universo do *made in Brazil*, do carnaval à telenovela e da música ao futebol.[12]

Este mapa cartesiano da história mundial – no Norte, o elemento racional; no Sul, o elemento corporal –, configurando igualmente uma face feminina e outra masculina da História, restringe os agentes do passado aos Estados, às nações ou às chamadas civilizações, ignorando os confrontos sociais ou culturais no interior e à margem daquelas entidades e silenciando a diversidade de agentes históricos em jogo. É na construção desse silêncio que a evocação metafórica da família se revela tão importante na frase de Athayde, já que é difícil encontrar uma instituição que seja dominantemente imaginada como mais coesa, unificada e impenetrável: "[...] houve sim massacres e explorações. Mas e daí? O que passou, passou. Todas as famílias têm os seus podres. Mas nem assim deixam de ser família [...]" (ATHAYDE, 2000, p. 14).

Raros são os artigos de opinião que propõem uma narrativa alternativa à que é produzida nas esferas de influência dos poderes políticos e culturais dominantes. Mesmo quem recusa a comemoração do "descobrimento" aceita a necessidade de narrar uma identidade nacional. Tal é o caso de Rosas que reivindica a importância de uma identidade da democracia portuguesa construída a partir da Revolução de Abril e em oposição às tradicionais narrativas nacionais.

Deslocados do "olho da nação" encontramos apenas alguns artigos de opinião, entre os quais se encontra o texto do historiador Luiz Felipe de Alencastro (2000), publicado no jornal *Público*, em que aborda as relações históricas

entre Portugal e Brasil, mostrando como as elites políticas, comerciais e econômicas de ambos os países, por meio do escravismo, contribuíram para a situação angolana presente. Já o antropólogo Miguel Vale de Almeida preocupa-se em perceber as diferenças manifestas na adesão ao fenômeno comemorativo, diferenças que situa além do sentimento nacional. A propósito do movimento negro, do "renascimento indígena" ou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Almeida (2000a, p. 8) escreve no Público: "[...] para eles, ou os 500 anos não têm a menor importância, ou são uma oportunidade para contestar as bases coloniais das desigualdades sociais."

A contestação de movimentos de índios, do movimento negro e do MST à comemoração do "descobrimento", despertando, de alguma forma, a opinião portuguesa publicada para um debate do qual se encontrava, até então, relativamente distante, nem sempre é explícita e diretamente discutida. A exceção mais clara é Fernandes (2000, p. 3) que afirma: "[...] por mais índios e sem-terra que se manifestem por estes dias, eu não vou deixar de me orgulhar de pertencer ao povo que empreendeu tais viagens e lançou raízes de tão longe." Saliente-se que Fernandes, ainda que por outros caminhos, evita, por vezes, a lógica de representação exclusivamente nacional dos conflitos — ele assegura-nos que tanto Sampaio quanto Fernando Henrique Cardoso deram provas de maturidade por contraponto aos movimentos sociais brasileiros. Uma vez mais, ele mostra o seu incômodo perante os movimentos sociais brasileiros. Aqui e ali esse desconforto será explicitamente assumido por outros articulistas, como Delgado, Moreira, Magno ou Sousa Tavares.

O problema que nos apresenta a abordagem desses articulistas não é uma questão restrita ao movimento indígena ou aos sem-terra, mas antes remete para a relação geral dos cronistas citados com as dinâmicas político-sociais que não se subordinem ao enquadramento normativo da modernidade política. Essa relação se expressa na opinião que outros movimentos sociais e experiências políticas suscitam àqueles articulistas, dos novos movimentos globais anticapitalistas, tidos como "antiglobalização", aos movimentos do universo lésbico, *gay*, bissexual e transgênero. A oposição dos articulistas a esses movimentos se expressa, na maior parte das vezes, destituindo-os de atributos de racionalidade política, o que em regra antecede a sua irracionalização.

6 Considerações finais

Num contexto geral em que a idéia de conhecimento é fortemente submetida à de ciência, o processo de construção da irracionalidade do movimento social analisado mobiliza regularmente a legitimidade científica e acadêmica do sujeito que analisa. Essa legitimidade dá-se como um ornamento cujo simbolismo protege o discurso do poder político dominante. É isso que está em jogo nas declarações acima citadas de Magalhães, um historiador de méritos científicos notórios e reconhecidos que presidiu à CNCDP. O encontro entre a tarefa científica do historiador e a tarefa política do comissário[13] expõe-nos a sua problemática compatibilidade: enquanto o historiador é interrogado pelo caos e pela disparidade, o comissário é solicitado pela ordem e pela identidade. O lugar que se quer simultaneamente ocupado pelo comissário e pelo historiador é um lugar resistente à competência do segundo. E o inverso não deixa de ser também verdade, isto é, o lugar do historiador

revela-se resistente à função do comissário, e isso se verifica mesmo quando o historiador António Hespanha, que antecedeu Magalhães na presidência da CNCDP, recusa a idéia do pedido de desculpas de Portugal ao Brasil, por rejeitar a carga de identidade nacional que transporta a própria noção da culpa, por ele tida como impessoal e transmissível ao afetar outro que não o diretamente responsável (HESPANHA, 2000).

Foi com a vantagem de partir de um lugar, porventura, mais convidativo ao historiador, mas também arcando com a desvantagem de dispormos de uma qualidade científica em tudo menor à de Magalhães e de Hespanha, que iniciamos este trabalho. Observando o debate sobre a herança colonial e os sentidos da culpa, descrevemos a mobilização do ideário lusotropicalista no atual contexto de construção de uma identidade nacional portuguesa que continua a encontrar, no legado imperial, o lugar dos "outros" que definem o "eu". Essa mobilização e esta definição são o resultado de processos intelectuais em que as políticas de identidade presentes inspiram as aproximações históricas ao passado. Fazem-no propondo certas substâncias culturais como conteúdos de uma identidade, mas fazem-no igualmente, desde logo, propondo o princípio da identidade como forma de representação das relações sociais tanto de ontem quanto de hoje.

A História, uma vez que se entregue como conhecimento que se submete ao ponto de vista do Estado, afirma-se como princípio por excelência, da identidade e como um precioso instrumento nas relações de poder actuais, revelando a sua instrumentalidade e colocando-nos perante a urgência de debater os limites de sua autonomia enquanto processo de conhecimento.

Why the samba is a pain's son (the 500 years Brazil's "discovery" celebration and the Portuguese press' opinion)

Starting from the analysis of opinion articles published in the Portuguese press during the 500 years Brazil's "discovery" celebration, one searches to place the complex relations among history, power and identity, outlining some dominant characteristics of the Portuguese nationalism. Concretely, one tries to notice the place occupied by the imperial past in the country on the historical narratives and on the scholars' sociological imagination. Equally central is the analysis of the guiding points of the political modernity which dominated the approach about the power relations in the colonial context and nowadays permeates these relations in the post-colonial context, concerning the colonization relation and the protest against the 500 years Brazil's "discovery" celebration leaded by different social movements in Brazil.

Key words: Celebrationism. Historiography. Nationalism.

Notas

1 Pulido Valente é um dos mais prestigiados cronistas portugueses. Em 2000, escrevia regularmente para o *Diário de Notícias* e atualmente é cronista do jornal *Público*. Historiador de profissão, sua evolução política levou-o da esquerda à direita, embora suas posições não possam ser simplesmente balizadas dessa forma.

2 Tavares foi jornalista e é hoje um dos mais prestigiados articulistas portugueses.

3 O tema dos "brandos costumes" da colonização portuguesa é recorrente na produção intelectual portuguesa, a ponto de se poder detectar sua presença na própria historiografia marxista portuguesa (NEVES, 2004a).

4 Rosas mantém há alguns anos uma página de opinião no jornal *Público*. É atualmente deputado nacional pelo Bloco de Esquerda (partido que poderíamos grosseiramente classificar como pós-comunista), mas seu prestígio intelectual advém do fato de ser provavelmente o historiador português que mais se destacou no estudo do Estado Novo.

5 Paradoxalmente, depois de 11 de setembro de 2001, e a propósito quer da Guerra do Afeganistão quer da Guerra do Iraque, Fernandes – que em ambos os casos apoiou a política do governo dos Estados Unidos – foi objeto de críticas que denunciaram a dicotomização moral da história subjacente à sua opinião.

6 Portas é jornalista e mantém uma página de opinião no *Diário de Notícias*. Tal como Rosas, hoje é um dos principais rostos do Bloco de Esquerda. Atualmente é deputado do Parlamento Europeu.

7 Gomes é historiador de arte. Politicamente situa-se também numa área pós-comunista, embora as suas posições não possam ser balizadas nos clássicos termos esquerda e direita.

8 Autoria do agora papa Bento XVI.

9 Delgado é um dos mais importantes jornalistas portugueses, ocupando vários cargos de direção em grupos de mídia.

10 Athayde foi uma importante figura na vida política portuguesa na década de 1990. Este publicitário brasileiro foi considerado elemento fundamental nos triunfos eleitorais do Partido Socialista.

11 Para uma análise das principais concepções atuais do "ser português", do ensaísmo de Eduardo Lourenço ao pensamento sociológico de Boaventura de Souza Santos (ALMEIDA, 2000b; LEAL, 2000).

12 Sobre o trabalho das representações nacionais no futebol, em Portugal como no Brasil, veja Neves (2004b).

13 Designação em Portugal para o responsável máximo por uma entidade ou por um determinado projeto. O responsável máximo pela CNCDP, delegado de vastos poderes que lhe eram conferidos pelo Estado, era designado como comissário.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. Destinos cruzados. *Público*, Lisboa, p. 9, 9 mar. 2000.

ALMEIDA, M. V. de. Comemorar o futuro. *Público*, Lisboa, p. 8, 22 abr. 2000a.

_____. *Um mar da cor da terra*: raça, cultura e política da identidade. 1. ed. Oeiras: Celta, 2000b.

ATHAYDE, E. Inconsciente colectivo. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 14, 23 abr. 2000.

CASTELO, C. *O modo português de estar no mundo*: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). 1. ed. Porto: Afrontamento, 1998.

DELGADO, L. A honra de Cabral. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 2, 24 abr. 2000a.

_____. Gratos? *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 2, 25 abr. 2000b.

FERNANDES, J. M. Sem complexos. *Público*, Lisboa, p. 3, 22 abr. 2000.

GOMES, P. V. A herança do presidente. *Público*, Lisboa, p. 9, 2 maio 2000.

GONÇALVES, J. Os grandes equívocos da "lusofonia". *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 12, 24 abr. 2000.

HESPANHA, A. M. *Há 500*. 1. ed. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

LEAL, J. *Etnografias populares (1870-1970)*: cultura popular e identidade nacional. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

MAGALHÃES, R. de. O fim de Macau e as comemorações dos 500 anos do Brasil. *História*, Lisboa, n. 21, p. 11, 2001.

MAGNO, C. Made in Portugal. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 3, 23 abr. 2000.

MOREIRA, A. Os índios do Brasil brasileiro. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 14, 2 maio 2000.

NEVES, J. A imaginação da nação na historiografia comunista portuguesa. *Ler História*, Lisboa, n. 46, 2004a.

_____. O eterno fado dos últimos trinta metros: futebol, nacionalismo e corpo. In: NUNO DOMINGOS, J. N. (Ed.). *A época do futebol*: o jogo visto pelas Ciências Sociais. 1. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004b.

PORTAS, M. Culpas & desculpas. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 19, 23 mar. 2000.

PULIDO VALENTE, V. O Brasil. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 30, 30 abr. 2000.

REBELO DE SOUSA, P. Obrigado, Rio. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 12, 23 mar. 2000.

ROSAS, F. Do mito à fraternidade. *Público*, Lisboa, p. 13, 26 abr. 2000.

SAMPAIO, J. Diário de viagem do PR: a descoberta foi um feito notável. *Público*, Lisboa, p. 3, 21 abr. 2000.

SOUSA TAVARES, M. Desculpem lá o Cabral. *Público*, Lisboa, p. 13, 3 mar. 2000.

recebido em: 17 jun. 2005 / aprovado em: 30 out. 2005

Para referenciar este texto:
NEVES, J. M. V. Porque o samba é filho da dor (a comemoração dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil e a opinião na imprensa portuguesa). *Dialogia*, São Paulo, v. 4, p. 101-113, 2005.